

1

Leia o texto a seguir.

Segundo Descartes, o bom método é aquele que nos permite conhecer o maior número possível de coisas, com o menor número de regras. Deste modo, ele pretende estabelecer um método universal inspirado no rigor da matemática e no encadeamento racional. Para ele, pautado no ideal matemático, o método deve converter-se em uma *mathesis universalis*: conhecimento completo e inteiramente dominado pela razão.

(Adaptado de: JAPIASSU, H. O racionalismo cartesiano. In: REZENDE, A. (org.) *Curso de Filosofia*. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. p.104-105.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o *Discurso do Método*, de Descartes, enumere e descreva as quatro regras apresentadas pelo filósofo para o método.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

QUESTÃO 1 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: 2º Eixo Temático: Problemas Epistemológicos na Filosofia. O problema da ciência, conhecimento e método na Filosofia. Questão de referência: a questão do Método. Autor de referência: Descartes.

Resposta esperada:

No Discurso do Método, Descartes está preocupado em encontrar o caminho para “conduzir bem a razão”. Seu propósito, como explanado ao longo da obra, é afastar-se das incertezas do conhecimento vigente à época, a exemplo da maioria dos ensinamentos aprendidos no La Fleche, e buscar a “verdade presente na ciência”. Para atingir esse objetivo deve-se evitar o incerto e o duvidoso, o que somente pode ocorrer se agirmos sob a condução de um método adequado. É com esse propósito que Descartes apresenta as regras ou preceitos do método. O primeiro preceito ou regra do método consiste em “acolher como verdadeiro apenas aquilo que, para ser conhecido, seja evidente”. Para tal, deve-se evitar a “precipitação” e contemplar nos juízos tão somente aquilo que for “claro e distinto”. Trata-se da “regra da evidência”, que acolhe apenas o que não for passível de dúvida. A segunda regra ou preceito consiste em dividir as dificuldades em partes para examiná-las e, assim, encontrar a resolução. A divisão e o estudo em separado de cada parte permite enfrentar melhor as dificuldades para acessar o problema. Trata-se da “regra da análise”. A terceira regra ou preceito consiste na organização do pensamento, partindo do mais simples para, aos poucos, chegar ao mais complexo. Observa-se uma ordem. Trata-se da “regra da síntese”. Por fim, a quarta regra ou preceito preconiza fazer enumerações e revisões completas para nada ficar de fora. Trata-se da “regra do desmembramento ou enumeração”.

A concepção positivista de um conhecimento que pudesse se tornar uma representação objetiva da realidade tornou-se o modelo ideal de cientificidade a ser estendido para todas as outras áreas de conhecimento. Ao criticar esse modelo, Popper afirmou:

Sustento que as teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, mas que, não obstante, são suscetíveis de se verem submetidas à prova. Direi, consequentemente, que a objetividade dos enunciados científicos reside na circunstância de eles poderem ser intersubjetivamente submetidos a teste.

(POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1974. p.46.)

Em meio às críticas que, desde o início do século XX, vêm desmistificando as pretensões científicas calçadas no indutivismo newtoniano, uma pergunta se coloca: que critério permite demarcar e distinguir a ciência da não ciência? Contrário aos critérios metodológicos da verificabilidade dos enunciados e confirmabilidade indutiva, defendidos pelo positivismo, Karl Popper responde a esta questão propondo o critério de falseabilidade que permite determinar se uma hipótese ou uma teoria podem ser consideradas científicas.

(Adaptado de: KÖCHE, J. C. *Fundamentos de Metodologia Científica*: teoria da ciência e prática de pesquisa. 14.ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes, 1997. p.49-77.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre a crítica de Karl Popper, explicita o critério de falseabilidade proposto por este autor.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

QUESTÃO 2 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: 2º Eixo Temático: Problemas Epistemológicos na Filosofia. O problema da ciência, conhecimento e método na Filosofia. Questão de referência: a questão da ciência e a crítica ao positivismo. Autor de referência: Popper.

Resposta esperada:

Popper defende a substituição da exigência positivista de verificabilidade ou confirmabilidade pela de falseabilidade das hipóteses. O critério de falseabilidade relaciona-se com a necessidade de submeter uma teoria à prova, buscando intersubjetivamente todas as tentativas de demonstrar sua falsidade ou de refutá-la com base em um método crítico. Este método de pesquisa científica proposto por Popper consiste em formular hipóteses e depois, por meio de exames experimentais cruciais, procurar exaustivamente contestá-las ou refutá-las. Se essas se permitem ser testadas com o intuito de serem falseadas, então elas são consideradas teorias científicas. Em outras palavras, somente teorias capazes de se submeterem ao crivo da refutação ou falseamento podem ser consideradas científicas. Ao contrário, pela verificação e confirmação indutiva, defendidas pelo positivismo, justificar é provar que uma teoria é verdadeira, ou seja, objetivamente certa. Para Popper, uma teoria se manterá válida até o momento em que não resistir à refutação de outras possíveis teorias. Quando uma teoria resiste à refutação, a objetividade de sua descrição do mundo real é corroborada: é essa a condição que garante a validade de um discurso científico. A validade científica de uma teoria, portanto, não se mede por sua verdade confirmada indutivamente, mas pela possibilidade de, por um método crítico, intersubjetivamente desenvolvido, resistir à refutação ou ao falseamento.

Leia os fragmentos a seguir.

A monarquia absoluta é incompatível com a sociedade civil, não podendo ser uma forma de governo civil, porque o objetivo da sociedade civil consiste em evitar e remediar os inconvenientes do estado de natureza que resultam necessariamente de poder cada homem ser juiz em seu próprio caso, estabelecendo-se uma autoridade conhecida para a qual todos os membros dessa sociedade podem apelar por qualquer dano que lhe causem ou controvérsia que possa surgir, e à qual todos os membros dessa sociedade terão que obedecer. [...]

Quem julgará se o príncipe ou o legislativo agem contrariamente ao encargo recebido? A isto respondo: O povo será o juiz; porque quem poderá julgar se o depositário ou o deputado age bem e de acordo com o encargo a ele confiado senão aquele que o nomeia, devendo, por tê-lo nomeado, ter ainda o poder para afastá-lo quando não agir conforme seu dever?

(Adaptado de: LOCKE, J. *Segundo Tratado sobre o Governo* (ou Ensaio sobre o Governo Civil). 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.250 e p.312.)

Com base nos fragmentos e nos conhecimentos sobre a filosofia política de John Locke, descreva o modelo de governo civil proposto pelo filósofo.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

QUESTÃO 3 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: 1º Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia. Problema político: Estado, sociedade e poder. Questões de referência: a questão da democracia; a questão da constituição da cidadania; a questão do jusnaturalismo e contratualismo; a questão do poder. Autor de referência: Locke.

Resposta esperada:

Segundo Locke, o modelo de governo civil vincula-se ao pacto proveniente do mútuo consentimento entre indivíduos igualmente livres, pelo direito natural. Portanto, tem seu fundamento na condição livre e igualitária dos homens, rompendo com a visão hierárquica do mundo que servia de base de legitimação das monarquias absolutas. Aqui, não se refere a um contrato entre governantes e governados. Como cidadãos, os indivíduos não renunciam aos seus próprios direitos naturais – absolutamente privados, inalteráveis e inalienáveis – em favor do poder dos governantes. A sociedade política é instituída pelos participantes do pacto, tendo por finalidade empregar sua força coletiva na proteção e na execução das leis naturais. Estas, no estado natural, estariam ameaçadas, sobretudo, a preservação da vida, a conservação da liberdade e da igualdade e o gozo da propriedade proveniente do trabalho. Por isso, a instituição da sociedade civil, sobretudo, tem por objetivo reprimir quaisquer violações a estes direitos naturais e, deste modo, para que possam ser assegurados e usufruídos, garantir a paz necessária. O mútuo consentimento permite aos cidadãos – neste modelo – instalar a forma de governo que julgarem conveniente. Aos governantes, é outorgado o poder que, no entanto, além de limitado, é revogável pelo poder originário e soberano dos cidadãos. São eles que decidem seu destino político e o da sociedade. Neste modelo de governo civil, Locke defende o direito de resistência e insurreição quando ocorre abuso do poder por parte das autoridades que usurpam de suas prerrogativas e violam o pacto e suas finalidades.

Glauco: – Que queres dizer com isso?

Sócrates: – O seguinte: que me parece que há muito estamos a falar e a ouvir falar sobre o assunto, sem nos apercebermos de que era da justiça que de algum modo estávamos a tratar.

Glauco: – Longo proémio – exclamou ele – para quem deseja escutar!

Sócrates: – Mas escuta, a ver se eu digo bem. O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça.

(PLATÃO. *A República*. 7.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p.185-186.)

Com base nesse fragmento, que aponta para o debate em torno do conceito de justiça na obra *A República* de Platão, explique como Platão compreende esse conceito.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on its right side, suggesting it's resting on a surface.

QUESTÃO 4 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: 1º Eixo Temático: Problemas Políticos e Éticos na Filosofia. Problema ético: Liberdade, emancipação e dever. Questões de referência: a questão da justiça. Autor de referência: Platão.

Resposta esperada:

O debate em torno do conceito de justiça ocupa papel de destaque na filosofia política grega. Platão, na obra *A República*, e Aristóteles, na obra *Ética a Nicômaco*, tratam do tema. No livro I de *A República*, ao dialogar com Sócrates, Céfalos define o conceito com as seguintes palavras: “a justiça consiste em dizer a verdade e em restituir o que se tomou de alguém”. Após as objeções de Sócrates, o diálogo prossegue com novo interlocutor: Polemarco. Nomeado herdeiro da discussão, o filho de Céfalos também não obterá êxito com a sua citação de Simônides, que concebe a justiça como “dar a cada um o que lhe é devido”. O debate atingirá o seu momento de maior tensão com a entrada em cena de Trasímaco. Para Trasímaco, sofista que defende um ponto de vista realista, a justiça é determinada por aqueles que possuem poder e se valem dele em benefício próprio. Após criticar essa definição, a posição de Platão vai ganhando envergadura a partir da construção da cidade ideal, seguindo um modelo que se afasta das experiências históricas vigentes à época. A sociedade justa comporta um modelo de formação (educação) do indivíduo para a justiça. Esse modelo se materializa na tripartição harmônica concebida por Platão no livro IV, que preconiza a divisão de postos no “corpo social” entre trabalhadores, soldados e governantes, observando-se a capacidade de cada um.